



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
SÉTIMA CÂMARA

Mfaa-7

Processo nº : 10665.000394/99-40  
Recurso nº : 144487  
Matéria : CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO – EX.: 1999  
Recorrida : PRISMA ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA  
(NOVO NOME EMPRESARIAL: PRISMINAS ADMINISTRADORA E  
CORRETORA DE SEGUROS LTDA.)  
Recorrida : 3ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG  
Sessão de : 09 DE NOVEMBRO DE 2005  
Acórdão nº : 107-08.341

CSLL - DIFERENÇAS APURADAS EM FUNÇÃO DA ALÍQUOTA  
APLICÁVEL - ANO-CALENDÁRIO DE 1998 - Mantém-se o lançamento  
decorrente de diferenças apuradas nos pagamentos trimestrais da  
CSLL. Cabe à autoridade administrativa encarregada da liquidação do  
Acórdão a apreciação das alegações de inclusão dos débitos no PAES,  
bem assim a apreciação de pedidos de compensação de eventuais  
créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevidamente,  
observadas as regras próprias do instituto.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto  
por PRISMA ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA.(NOVO  
NOME EMPRESARIAL: PRISMINAS ADMINISTRADORA E CORRETORA DE  
SEGUROS LTDA.)

ACORDAM os Membros da Sétima Câmara do Primeiro Conselho de  
Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos  
do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

MARcos VINICIUS NEDER DE LIMA  
PRESIDENTE

LUIZ MARTINS VALERO  
RELATOR

FORMALIZADO EM: 13 DEZ 2005

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros NATANIEL MARTINS,  
NILTON PÊSS, OCTÁVIO CAMPOS FISCHER, HUGO CORREIA SOTERO,  
ALBERTINA SILVA SANTOS DE LIMA e CARLOS ALBERTO GONÇALVES NUNES.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
SÉTIMA CÂMARA

Processo nº : 10665.000394/99-40  
Acórdão nº : 107-08.341

Recurso nº : 144487  
Recorrente : PRISMA ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA.(NOVO NOME EMPRESARIAL:PRISMINAS ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA.)

## RELATÓRIO

Contra a contribuinte nos autos identificada fora lavrado Auto de Infração de Fls. 2/9, para formalização e cobrança de crédito tributário relativo a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, perfazendo um total de R\$ 8.703,18, inclusos juros de mora e multa de ofício.

Tal Auto de Infração fora embasado na seguinte verificação:

**Recolhimento Insuficiente da CSLL incidente sobre Receitas da Atividade** – constatado no ano-calendário 1.998 e demonstrada no quadro anexo intitulado “valores devidos sobre faturamento declarado em 1.998”. Primeiramente fora aplicado percentual de 12% sobre o valor fornecido pela autuada do faturamento em cada trimestre, seguidamente obteve-se a contribuição devida aplicando alíquota de 18%, do resultado subtraiu-se o montante efetivamente recolhido alcançando a quantia devida, dessa diferença obteve-se o valor da base tributável utilizada lançamento.

Como enquadramento legal a autoridade autuante apontara o artigo 2º da Lei nº 7.689/88, artigo 2º da Lei nº 9.316/96 e artigo 29, II da Lei nº 9.430/96.

Descontente com a exigência da qual fora notificada em 28/04/1999, Fl. 39, oferecera 28/05/1999 impugnação de Fls. 44/54 onde alega em síntese:

- Preliminarmente, arguira por precaução, cerceamento de defesa, circunstância que geraria nulidade do procedimento. Sustentou tal arguição na declaração prestada pelo seu contador, onde este



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
SÉTIMA CÂMARA

Processo nº : 10665.000394/99-40  
Acórdão nº : 107-08.341

afirmara que seria impossível realizar uma conferencia preliminar nos Autos de Infração haja vista os trabalhos fiscais terem sido desenvolvidos no âmbito interno da DRF/Divinópolis, não sendo anexados aos Autos de Infração cópias e relatórios discriminantes. Tal situação somente fora remediada quando a autuada requereu e recebeu os referidos documentos.

- Salientou que não ocorreram as omissões apontadas pelo autuante, apresentando em contraposição aos anexos acostados nos Autos de Infração, demonstrativos juntados na impugnação em Fls. 137/148. Explicou que os demonstrativos apensados objetivaram evitar a juntada ao processo de mais de 1.500 documentos que comprovam a receita da interessada, todavia, requer a possibilidade de juntada dos mesmos caso os demonstrativos não de façam suficientes.
- Ressaltou que o desencontro entre as receitas apontadas nas declarações das fontes pagadoras e o seu ingresso no livro caixa da autuada se dá ao fato das companhias seguradoras adotarem o regime de competência, enquanto a autuada adota o sistema simplificado que se utiliza de regime de caixa. Ademais, cada seguradora adota práticas comerciais próprias, razão pelo qual se verificam discrepâncias nos prazos de liberação de créditos entre uma e outra.
- Ilustrou seu argumento citando a diferença entre o valor declarado pela Bradesco Seguros e a quantia escriturada como receita, ocorrida em Maio de 1.995. Aduziu que tal diferença verificada pelo Fisco somente fora reconhecida no mês posterior, quando se realizara o pagamento da referida diferença. Sustentou ainda, que tal situação não configura omissão de receita, podendo se pensar,



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
SÉTIMA CÂMARA

Processo nº : 10665.000394/99-40  
Acórdão nº : 107-08.341

quando muito, em postergação de receita, afirmado, contudo, que esta hipótese não se subsume ao caso concreto.

- Em relação as omissões de receitas informadas pela HSBC, AGF Brasil e Marítima, alegou que estas também não ocorreram, encontrando-se consignadas nos "mapas de resumo de faturamento do ano de 1.995", que sustentam os registros correspondentes no livro caixa.
- Apontou que as receitas tributáveis de cada período, incluindo as fontes pagadoras em causa resultam nos exatos valores das receitas brutas mensais, salvo irrisórias diferenças.
- Registrhou que alem dos fundamentos anteriores, não houvera ponderação dos valores consignados Á título de recuperação de comissões anteriormente creditadas pelas seguradoras. Ainda, asseverou que embora tenha optado pelo lucro presumido, tal opção não é definitiva, cabendo à interessada sopesar os efeitos desta ou daquela opção antes de ratificá-la.
- Reconheceu em parte a assertiva fiscal que afirma que o coeficiente aditado fora impróprio, imputando tal desacerto ao seu contador. Todavia, haja vista a celeuma surgida nos tribunais acerca da atividade que exerce o sujeito passivo, requer seja revisto o lançamento à fim de aplicar o coeficiente de 10% previsto no artigo 523, § 1º, alínea "b", e não o percentual de 30% efetivamente aplicado.

Em virtude de análise preliminar, a autoridade incumbida do julgamento a quo optou por baixar em diligência os autos Fl. 75, apontando fatores à serem verificados.

Em Fls. 153/157 encontra-se a conclusão dos diligenciantes.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
SÉTIMA CÂMARA

Processo nº : 10665.000394/99-40  
Acórdão nº : 107-08.341

A contribuinte em Fls. 165/172 apresenta impugnação à reformulação de cálculos procedida na referida diligência.

Apreciadas pela 3<sup>a</sup> Turma da Delegacia da Receita Federal de Julgamento de Belo Horizonte em sessão de 10/11/2004, tal impugnação não obtivera êxito, uma vez que os julgadores, ao acompanhar o voto do relator, optaram por manter o lançamento. Materializada a decisão no Acórdão DRJ/BHE nº 7.204, Fls. 174/187, a turma julgadora sustentou seu *decisum* nos seguintes pontos.

- Inicialmente, afastaram a alegação de cerceamento de defesa por considerarem que fora dado à contribuinte o direito de defender-se plenamente. Consta em Fl. 40 que o advogado da interessada recebera cópias das Fls. 29/36, onde se encontram as informações levantadas pela fiscalização, inclusive as fornecidas pelas fontes pagadoras.
- Refutaram a alegação da contribuinte no sentido de afirmar a possibilidade de mudança de opção quanto ao sistema de tributação, tendo esta escolhido inicialmente o lucro presumido, lhe-ia vedado alterá-lo após o início de procedimento fiscal. Invocaram para fundamentar sua decisão a Instrução Normativa SRF nº 93 e o artigo 26 da Lei 9.430/96.
- Asseveraram que apesar da diligencia verificar que o crédito originalmente exigido é menor que o devido, havendo portanto a necessidade de um lançamento complementar, esta não altera em nada a exigência aqui exposta.
- Rebateram o argumento trazido pela interessada na manifestação contrária ao Termo de Diligência, segundo o qual os débitos remanescentes de CSLL teriam sido incluídos nos programas REFIS e PAES. Afirmaram que tal inclusão só pode ter sido realizada após a lavratura do Auto de Infração, no mais, não possui



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
SÉTIMA CÂMARA

Processo nº : 10665.000394/99-40  
Acórdão nº : 107-08.341

efeito a mera alegação de inclusão desacompanhada do termo de desistência do contencioso administrativo. Transcreveram a parte cabível ao caso da Instrução Normativa SRF nº 43 e a Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3.

Diante de todo o exposto, mantiveram integralmente a exigência de CSLL, acrescida de juros de mora e multa de ofício.

Irresignada com a parte em que lhe desfavorece o referido acordão, do qual tomara conhecimento em 20/01/2005, AR de Fl. 192, recorre à este Conselho através do Recurso Voluntário de Fls. 193/200, apresentado em 21/02/2.005 e seguro com arrolamento de bens de Fl. 201.

Embora na impugnação e no recurso a autuada apresente também argumentos relativos aos autos constantes do Processo nº 10665.000393/98-87, a matéria tratada no presente processo se refere a diferenças apuradas nos recolhimentos de CSLL no ano-calendário de 1998.

Do seu arrazoado extrai-se, em síntese, as alegações que são pertinentes à exigência dos autos:

- Reclama que a exigência fiscal foi formulada antes do prazo para apresentação da Declaração de Rendimentos do ano-calendário de 1998;
- Diz que a fiscalização menosprezou o instituto da compensação;
- Assevera que entregara tempestivamente a DIPJ, apontando a opção pelo lucro presumido, consignando ali as exatas receitas auferidas no ano-base 1998;
- Informa que todos os créditos tributários em aberto foram contemplados no REFIS, a frente, em virtude de dificuldades financeiras fora excluída deste programa, sendo, tempo depois, incluída no PAES. Tanto em um quanto em outro, o sujeito passivo



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
SÉTIMA CÂMARA

Processo nº : 10665.000394/99-40  
Acórdão nº : 107-08.341

já vem a algum tempo, procedendo a amortização de seu passivo auto lançado. Reafirma que valores apontados como omissão de receitas, ressalvadas pequenas diferenças, estão, há muito, inclusos em seus REFIS/PAES. Anexa aos autos planilha que visa comprovar tal alegação.

- Aduz que a diferença entre os débitos de CSLL incluídos no PAES e os exigidos no auto de Infração é de apenas R\$ 711,88 no primeiro trimestre de 1998 e de pequenas outras diferenças no demais trimestres que, somadas, perfazem R\$ 13,59;
- Conclui que, persistindo a exigência constante do Auto de Infração, estará se procedendo a dobra dos valores relativos ao IRPJ referente ao ano-base 1998

Elabora os seguintes demonstrativos relativos à CSLL:

a) Valor saldo da CSLL lançadas na DIPJ 99, deduzidos os recolhimentos

Trimestres	Crédito Trib. Lançado	Recolhido	Saldo C/C
1º Trimestre/98	2.385,11	269,26	2.115,85
2º Trimestre/98	2.757,63	964,40	1.793,23
3º Trimestre/98	2.603,36	914,00	1.689,36
4º Trimestre/98	2.460,54	778,55	1.381,89
Totais	10.206,54	2.926,21	7.280,33

b) Valores consolidados no PAES (veja-se relatório obtido no site da SRF):

Trimestres	Saldo C/C
1º Trimestre/98	1.404,35
2º Trimestre/98	1.793,22
3º Trimestre/98	1.142,48
4º Trimestre/98	1.681,89
Totais	7.280,33

c) Valor dos A.I a título de CSLL (já c/reformulação)

Trimestres	A.I Original	A.I.Compl	Totais
1º Trimestre/98	1.225,94	890,29	2.116,23
2º Trimestre/98	1.205,50	592,95	1.798,45
3º Trimestre/98	1.142,48	554,26	1.696,74
4º Trimestre/98	973,19	709,68	1.682,87
Totais	4.547,11	2.747,18	7.294,29



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
SÉTIMA CÂMARA

Processo nº : 10665.000394/99-40  
Acórdão nº : 107-08.341

d) Discrepância finais entre Credito Tributário dos A.I.'s e o Consolidado PAES:

	A.I.'s.	PAES	DIF.
1º Trimestre/98	2.116,23	1.404,35	711,88
2º Trimestre/98	1.798,45	1.793,22	5,23
3º Trimestre/98	1.696,74	1.689,36	7,38
4º Trimestre/98	1.682,87	1.681,89	0,98
Totais	7.294,29	6.568,82	725,47

Individioso, portanto, que praticamente toda a exigência fiscal consignadas nos Autos de Infração a título de CSLL do ano de 1998, encontra-se há muito consolidada no PAES, conclui a recorrente. As diferenças podem ser creditadas à discrepância em virtude da utilização do regime de caixa.

É nesse ponto que fala em compensação.

Por derradeiro, requer sejam reformulados os valores devidos a fim de que se tribute o valor de R\$725,18, sendo este resultante das diferenças apontadas no presente recurso.

É o Relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
SÉTIMA CÂMARA

Processo nº : 10665.000394/99-40  
Acórdão nº : 107-08.341

V O T O

Conselheiro - LUIZ MARTINS VALERO, Relator

Recurso tempestivo e que atende os demais requisitos legais. Dele conheço.

Diferentemente das demais exigências constantes do Processo nº 10.665000393/99-87, esta não está liga à acusação de omissão de receitas. Como visto, neste autos a diferença de CSLL lançada decorre da diferença de alíquota aplicada sobre a base de cálculo no ano-calendário de 1998. O fisco aplicou a alíquota de 18% prevista art. 2º da Lei nº 9.316/96, a partir de 1º/01/97.

A autuada não questiona a alíquota aplicável, limita-se a sustentar que na DIPJ apresentada, após a ação fiscal, mas dentro do prazo, informou a CSLL efetivamente devida.

No caso em exame o crédito tributário foi devidamente constituído pelo lançamento de ofício em 28/04/99. A diligência deste não cuidou, limitou-se a apontar lançamento a menor que foi constituído suplementarmente em outro processo.

A DIPJ, a partir do ano-calendário de 1998, é mero instrumento de transferência de informações ao fisco, não se constituindo em instrumento hábil a lançar ou confessar débitos tributários. Não alimenta, portanto, os contas correntes da Receita Federal, tarefa reservada, a partir daquele ano, à DCTF.

A noticiada inclusão no PAES, não interfere no presente litígio mas, se confirmada e aceita pela autoridade preparadora, deverá ser levada em conta quando da liquidação do Acórdão. De qualquer modo, como os débitos já estavam constituídos de ofício, a multa imposta, não incluída no PAES, é devida.

HC



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
SÉTIMA CÂMARA

Processo nº : 10665.000394/99-40  
Acórdão nº : 107-08.341

Da mesma forma, eventuais créditos decorrentes de recolhimentos a maior, devem ser objeto de pedido de compensação com os débitos constantes do presente processo, desde que reconhecido o direito creditório pela autoridade administrativa competente.

Por isso, voto por se negar provimento ao recurso.

Sala das Sessões - DF, em 09 de novembro de 2005.

  
\_\_\_\_\_  
LUIZ MARTINS VALERO